

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

241

HABEAS CORPUS Nº: **205872-0**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **226.2009.007551-1**
COMARCA : Olinda - 2ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Gilson de Freitas Ribeiro
PACIENTE : Jailson Nunes de Souza
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. TRAMITAÇÃO REGULAR, COM ESTRITA OBEDIÊNCIA AOS PRAZOS PROCESSUAIS. ORDEM DENEGADA.

I - Os prazos processuais, para efeito de duração da instrução criminal, não devem ser computados isoladamente, valendo salientar que, em se tratando de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ante a dicção da Lei nº 11.343/06, o prazo máximo para a formação da culpa, na hipótese de réu preso, poderá ser de até 195 (cento e noventa e cinco) dias, sem que seja caracterizado constrangimento ilegal por excesso de prazo.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0205872-0** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



242

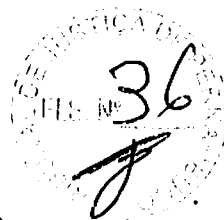
Pernambuco, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de fevereiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/ Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



243

HABEAS CORPUS Nº: **205872-0**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **226.2009.007551-1**
COMARCA : Olinda -- 2ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Gilson de Freitas Ribeiro
PACIENTE : Jailson Nunes de Souza
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O Bel. **Gilson de Freitas Ribeiro** impetrou ordem de **Habeas Corpus** liberatório, com pretensão liminar, em favor de **Jailson Nunes de Souza**, alegando excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal relativamente à ação penal nº **226.2009.007551-1** a que responde o paciente perante a 2ª vara Criminal da Comarca de Olinda, neste Estado, por infração ao art. 33¹, da Lei 11.343/06.

Em seu arrazoado, o impetrante argumenta que, muito embora o paciente se encontre preso em flagrante delito desde o dia **07/10/2009**, até o momento do ajuizamento da presente impetração, o processo criminal de que se trata, ainda, não alcançou o seu término.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 12/13.

As fls.21, indeferi o pleito liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.25.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

37
244

Instada a se manifestar, a douda Procuradoria de Justiça ofereceu parecer às fls.29/30, da lavra do Dr. Itabira de Brito Filho, opinando pela denegação da ordem.

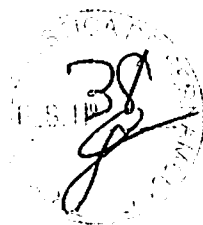
Está feito o relatório.

Recife, 03 de fevereiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



245

HABEAS CORPUS Nº: 205872-0

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 226.2009.007551-1

COMARCA : Olinda – 2ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Gilson de Freitas Ribeiro
PACIENTE : Jailson Nunes de Souza
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de ordem de *habeas corpus* liberatório onde o impetrante alega excesso prazal para a conclusão da instrução criminal.

Convém lembrar que, conjugando-se os dispositivos legais insitos na Lei nº 11.343/2006, que passou a regular a instrução criminal nos feitos relativos à prática ilícita de entorpecentes, chega-se à conclusão de que o prazo máximo para a formação da culpa, em face do referido Diploma Legal, **em se tratando de réu preso, poderá ser de até 195 (cento e noventa e cinco) dias**, sem a caracterização de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Destaco das informações judiciais, prestadas através de ofício datado de 19/01/2010, o seguinte excerto (fls.25):

"(...) Os autos revelam que o paciente JAILSON NUNES DE SOUZA, foi preso em flagrante delito no dia 07/10/2009, portanto 07 (sete) pedras de crack pronta para comercializar, e denunciado em 10/11/2009, como incurso nas penas do art.33, da Lei nº 11.343/06, conforme fls.02/10, cópias seguem em anexo. O paciente em 13/11/2009, através de advogado requereu relaxamento da prisão sobre o qual o juízo foi pelo indeferimento, cópia em anexo, fls.75. Em data de 24.11.2009, foi notificado para apresentar defesa preliminar, cuja apresentação foi efetivada em 04/12/2009 através de advogado, momento em que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

246

reitera o pedido de relaxamento da prisão em flagrante. Em 07/12/2009, a denúncia foi recebida e marcada audiência para o dia 09/02/2010, quando então pelo juízo será apreciado o novo pedido de relaxamento da prisão após conclusão da fase instrutória, conforme despacho de fls.85 (cópia anexo) (...)."
(NEGRITEI)

Não há, portanto, que se cogitar, no caso *sub examinen*, a ocorrência de ultrapassagem dos prazos legais para a formação da culpa, considerando-se o lapso temporal compreendido entre a data da referida prisão em flagrante (07/10/2009) e a presente impetração (06/01/2010).

Bem de ver, a propósito, que a magistrada processante informa que designou data que se avizinha para realização da audiência de instrução e julgamento (09/02/2010), com vistas a concluir a fase de instrução do processo criminal em apreço.

À vista de tais considerações, deduz-se que, ao menos até esta oportunidade, não se há falar em constrangimento ilegal por excesso prazal.

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial, denego a ordem.

Recife, 03 de fevereiro de 2010

Alderita Ramos de Oliveira
Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora